

MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS: DESAFIOS À SOBERANIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

*André Roberto Martin**

Introdução

“Isóbara política”, “perímetro de jurisdição do Estado”, “área virgem em processo de incorporação”, “barreira”, “ponte”, “faixa onde se selecionam os contatos”, qualquer que seja a definição de “fronteira”, a simples menção a esta palavra nos sugere um “alto lá!”, uma parada obrigatória, quer dizer, a interrupção de um movimento ou, ao menos, a sua desaceleração. A “migração”, ao contrário, coloca-se como sinônimo de deslocamento coletivo, guardada a especificidade de que, diferentemente do “nomadismo”, da “transumância” e dos “deslocamentos pendulares”, na migração o movimento é unidirecional, uma vez que o objetivo do migrante é precisamente fixar-se num outro lugar. “É compreensível que os homens queiram melhorar a sua sorte abandonando o seu solo” escreveu certa vez o historiador Frédéric Mauro, analisando as motivações que levaram os europeus a se espalharem pelo mundo a partir do século XV¹. Mas é bastante diferente o processo de colonização do fenômeno da migração, já que, no primeiro caso, quem se desloca está carregando consigo a sua organização sociopolítica originária, ao passo que o migrante, ao contrário, terá de se submeter às regras já estabelecidas por outros, quando chegar a seu destino.

Entre estas duas situações interpõe-se, pois, a figura do Estado, e, além disso, há um problema de escala e qualidade, tanto dos deslocamentos quanto da organização estatal. É por isso que, exatamente em função da natureza do Estado, podemos distinguir as migrações “externas” das “internas”, o que nos propõe, em consequência, o tema da soberania política. Todas essas questões se encontram fortemente entrelaçadas no caso da Amazônia brasileira, tornando a região uma realidade extremamente complexa, como se já não o fosse, desde um ponto de vista exclusivamente físico-geográfico.

A fim de que possamos delinear alguns contornos sobre um dos principais problemas que aflige as populações amazônicas, isto é, precisamente o fato de que essa é uma imensa região fronteiriça, procederemos da seguinte maneira: em primeiro lugar abordaremos brevemente a problemática do mito do fim das fronteiras na era da globalização e, em segundo lugar, descreveremos, sinteticamente, certas características das fronteiras na Amazônia brasileira da atualidade. Começamos então com a pergunta a seguir.

É o fim das fronteiras?

A última década foi marcada, de fato, pela difusão atordoante da idéia de que o Estado perdeu sua centralidade como forma de organização social e que, portanto, as fronteiras teriam deixado de representar aquilo que sempre foram, isto é, um obstáculo ao contato entre os indivíduos. Sendo assim, o “fim das fronteiras” deveria ser saudado sem restrições, pois representaria a aproximação do ideal de uma humanidade irmanada. Infelizmente, um exame mais sereno dos fatos vem desmentir tal versão. Talvez nunca como agora a distinção entre “desejáveis” e “indesejáveis” tenha ficado tão clara, e o critério de diferenciação mais explicitado e generalizado, isto é, o da condição socioeconômica. Apenas para facilitar e padronizar a tarefa das autoridades aduaneiras, fixou-se, para além da discriminação racial, o preconceito baseado também na origem geográfica: há que se desconfiar, portanto, dos que vêm do “Sul”, com uma única exceção talvez, para australianos e neozelandeses.

O descompasso entre a tolerância e até o incentivo para o incremento dos fluxos de mercadorias e capitais, diante da intolerância e mesmo da violência com que estão sendo tratados os potenciais “imigrantes”, constitui sem dúvida uma mácula indelével no processo de globalização, o que retira muito do brilho da “3ª revolução industrial”. E como o acesso à “Internet” supõe condições socioeconômicas compatíveis ao seu custo, eis que o fosso social apresenta um rebatimento não apenas no espaço geográfico concreto, mas também no chamado espaço virtual ou “cyberespaço”.

As fronteiras, portanto, não desapareceram, nem sequer estão menos vigiadas, ao contrário. Diante das preocupações ambientalistas e dos riscos de contaminação, um verdadeiro exército de agentes sanitários bem como de autoridades dos serviços de imigração vem se somando ao tradicional patrulhamento militar e policial das fronteiras. E estas por sua vez, além de se multiplicarem em função do aumento do número de

Estados soberanos no mundo, em muitos casos se duplicaram, como se pode verificar na União Européia e no Nafta. Ali, por pressão não apenas dos Estados nacionais, mas também dos respectivos “blocos”, a fiscalização fronteiriça vem sendo reforçada. Basta lembrar, por exemplo, os constrangimentos recentes de muitos brasileiros no aeroporto de Lisboa, algo impensável antes do ingresso de Portugal na Comunidade Européia em 1986. Também as barreiras espanholas em Ceuta e La Linea, bem como a repressão italiana à máfia albanesa especializada no tráfico de pessoas, são supervisionadas pela Europol, isto é, a polícia comunitária, e já se fala na criação de uma Polícia de Fronteiras comunitária.

Quanto ao caso mexicano, por sua vez, poucos sabem que esse país passou a ter a incumbência, designada numa cláusula de adesão ao Nafta, de reforçar a vigilância de sua fronteira sul, com o objetivo preciso de impedir a entrada de potenciais imigrantes ilegais vindos das Américas Central e do Sul, cujo objetivo, por certo, não seria o de se fixarem no México, mas, sim, atingir os Estados Unidos. Com a queda do muro de Berlim, diga-se de passagem, a fronteira americano-mexicana tornou-se a zona mais tensa e emblemática do mundo no que concerne à oposição entre “o forte” e “o fraco”, entre os que têm poder de “distribuir direitos” e os que simplesmente não têm condições sequer de reivindicar os mais elementares “direitos humanos”. Trata-se, com efeito, da fronteira mais movimentada do mundo e sobre a qual se exerce um dos mais ferozes controles. Decerto, é a mais violenta em se tratando de países que absolutamente não vivem qualquer tipo de tensão militar, como são, em contraste, as situações da Palestina e da Iugoslávia. Para se ter uma idéia, são quase 500 pessoas mortas a cada ano, vitimadas pela desidratação na tentativa de cruzarem o deserto, ou afogadas nos rios Grande e Bravo, ou sufocadas em vagões e caminhões sem ventilação, ou até mesmo abatidas por tiros, tanto pela Patrulha de Fronteira oficial, quanto por civis armados que pretendem impedir a todo custo que mais “cucarachas” venham a contribuir para a desorganização de seu estilo de vida, no “país das oportunidades”. Em 1999, foram efetuadas cerca de 470 mil prisões, e calcula-se que pelo menos o dobro disso tenha conseguido, apesar de tudo, burlar a vigilância das patrulhas, alcançando assim “o paraíso”.²

Na Europa, os números são apenas um pouco menores, graças à barreira natural representada pelo Mediterrâneo.³ Mas o sentido, do ponto de vista humano, é exatamente o mesmo: cresce o tráfico de imigrantes na mesma proporção em que as autoridades endurecem na concessão de vistos. E cresce a motivação para emigrar, à medida que as economias do Sul se tornam cada vez mais frágeis, em resposta às políticas desna-

cionalizantes tomadas em nome da inexorabilidade da globalização. Em resumo, vemos que a porção “Nordeste” do mundo separa-se, pouco a pouco, das porções “Sul” e “Leste”, de modo que este $\frac{1}{4}$ do planeta está se fechando cada dia mais diante do cerco dos restantes $\frac{3}{4}$, exatamente como acontece com os condomínios fechados nas grandes e médias cidades. Se, como disse certa vez um amigo, viver num “mundo sem fronteiras” equivaleria a morar numa “casa sem paredes”, é preciso reconhecer, apesar de tudo, que mesmo os modernos *lofts* ainda têm suas portas, paredes e janelas. São elas que medeiam a relação entre o que está “dentro” e o que está “fora”, cabendo ao morador, proprietário ou não, decidir soberanamente sobre quem tem, afinal de contas, licença para entrar.

Amazônia: a fronteira na fronteira

Dadas as características litorâneas da colonização européia, em contraste com a dimensão continental da Hiléia Amazônica, durante muito tempo, essa imensa região, que ocupa pouco menos da metade da placa sul-americana, permaneceu quase intocada. É sabido que o ciclo do extrativismo das “drogas do sertão” não conseguiu sedimentar um povoamento mais expressivo. Durante os dois primeiros séculos após o “descobrimto”, quase nada da paisagem natural havia sido modificada, não obstante o contato entre o homem branco e o indígena ter produzido uma importante metamorfose social, com o aparecimento do caboclo ribeirinho. Essa figura arquetípica sintetiza, com seu modo de vida seminômade, marcado pelos constantes deslocamentos pelas calhas dos rios, uma ocupação difusa e rarefeita, mais próxima do “índio” do que do “civilizado”. Só bem depois com o extrativismo do cacau, da borracha e da castanha, a terra adquirirá alguma importância econômica, atraindo milhares de nordestinos para as áreas não inundáveis.

É nesse período, do final do século XVIII até início do século XX, que se engendrará o conflito entre a agricultura e o extrativismo, até hoje não solucionado. E, sobretudo em função das características do ecossistema amazônico, ali, o latifúndio encontrará muita dificuldade para se estabelecer, já que a produtividade do solo é no geral muito baixa. Por isso, a preferência do capitalista em controlar antes os frutos da terra, do que a terra propriamente dita.⁴ Em decorrência, as relações de trabalho serão extremamente penosas para os catadores-coletores, não sendo incomum, mesmo hoje em dia, encontrar-se várias modalidades de escravidão ou semi-escravidão.

Esse quadro, embora pintado a partir da experiência brasileira, não se altera em seus traços essenciais quando se invocam os países vizinhos, com os quais compartilhamos a soberania política sobre esse imenso espaço. O povoamento disperso e rarefeito, a predominância da mobilidade sobre a fixação, a distância e a dificuldade de comunicação terrestre com os respectivos centros geoeconômicos constituem características comuns à totalidade da Amazônia, em qualquer uma das nove unidades políticas (oito países soberanos e mais a colônia francesa da Guiana) em que se divide a região. Os conflitos propriamente agrários, entre grileiros e posseiros, e entre estes e os indígenas, por sua vez, só recrudescerão a partir de 1960 e numa faixa anelar externa ao coração da Hiléia. Isto, para o caso brasileiro, implica diferenciar em profundidade a situação da Amazônia Oriental, mais conflagrada, daquela da Amazônia Ocidental, onde a sobrevivência depende da pesca; e a franja sul, que está sendo desmatada para dar lugar à pecuária e à soja, da Calha Norte, onde a garimpagem constitui o principal foco de tensão com os povos indígenas.

Desse modo, sobretudo após a implementação do Projeto Amazônia, do governo federal, nos anos 1970, o “sentido da fronteira” na região viu-se alterado: da preocupação estatal com o estabelecimento da fronteira política, herança da administração portuguesa no século XVIII, passou-se para a predominância dos interesses mercantis modernos do capital monopolista, em que a incorporação da Amazônia se fez como fronteira econômica. Desde então, devido às migrações internas, a população da Amazônia brasileira cresceu muito, atingindo cerca de 20 milhões de pessoas na atualidade, distribuídas em pouco menos de 5 milhões de quilômetros quadrados. Entre os países vizinhos por outro lado, será digno de nota o movimento contínuo registrado na Colômbia, desde os anos 50, quando os conflitos agrários, principalmente na região de Arequipa, empurraram milhares de camponeses sem terra para a zona de floresta, como também, mais recentemente, o deslocamento de peruanos. Tendencialmente, portanto, as três principais demografias amazônicas, a brasileira, a colombiana e a peruana, encontram-se em processo de aproximação, o que fazia prever já há algum tempo, a retomada pelo interesse em torno da fronteira política, ao menos naquele trecho.

Vale ressaltar que, dos 15.710 km de fronteiras terrestres do Brasil, 11.612 km são com países amazônicos, e o trecho com a Colômbia, num total de 1.634 km, corresponde a uma faixa ainda pouco demarcada, que em 1998 apresentava apenas 80 balizas, em contraste com as quase 1.500 fincadas na divisa, apenas um pouco mais extensa, entre Brasil e Venezuela.⁵

Ao considerar, ainda por cima, que, no entroncamento das fronteiras do Brasil, Peru e Colômbia, a cidade mais importante é a colombiana Letícia, que chega a acolher em suas escolas muitas crianças brasileiras, que tem uma imponente antena de radiotransmissão e cujos supermercados são os mais abastecidos de toda a área, será fácil concluir a respeito da preocupação das autoridades militares brasileiras quanto à manutenção de nossa soberania nesse recanto do território nacional. Isto, é claro, independentemente do que esteja acontecendo na política interna dos países vizinhos.

Mas a conjuntura internacional, regional e local está transformando, como estamos vendo, um tema rotineiro em algo muito mais dramático, mesmo que o cotidiano em Letícia, Tabatinga e Benjamim Constant siga, por enquanto, pelo menos dentro de uma relativa “normalidade”, isto é, sem que a população em geral perca seu sono em função da interpenetração de “soberanias” executada espontaneamente pelos seus deslocamentos diários. Línguas, moedas, mercadorias, serviços públicos de origens diversas se mesclam numa trama tecida “de cima para baixo”, ao passo que, “de baixo para cima”, ainda subsiste a referência comum da tribo ticuna, cujo sangue se espalha em proporções variadas, nas veias da maioria dos moradores das redondezas.

Longe dali, entretanto – e é essa falta de autodeterminação o principal problema dos habitantes das regiões fronteiriças –, são traçados, pouco a pouco, os destinos dessas populações que habitam “a fronteira da fronteira”. E a calcular pelas recentes declarações do ministro da Justiça do Brasil, o futuro parece sombrio. A chamada operação “Cobra” prevê não apenas a militarização do lado brasileiro, com a intervenção de centenas de agentes estranhos à área, como, além disso, anuncia recepcionar de forma bem “calorosa” os eventuais refugiados colombianos que venham a buscar abrigo em nosso país fugindo dos efeitos da guerra civil colombiana, isto é, com a deportação⁶.

O que embaraça ainda mais a situação, porém, é o fato de que uma potência mundial, estranha à região, vislumbra tutelar toda a situação, atraindo os países vizinhos da Colômbia para a lógica de sua política externa. Os militares brasileiros, por sua vez, têm bastante claro que uma presença norte-americana na área colocará em risco, em curto ou médio prazo, a própria soberania brasileira sobre o conjunto amazônico, sobretudo quando considerada a dependência dos rios amazônicos das águas estacionadas nas geleiras andinas. Colaborar hoje com o inimigo de amanhã não parece, com efeito, fazer muito sentido. Mas é pouco provável que, desde já, as autoridades brasileiras, civis e militares, dados seus compromissos históricos de cooperação com o líder hemisférico durante a guerra-fria, venham a desafiar aqueles tão nobres objetivos de “pacificar a Colômbia” e destruir o “narcotráfico”.

Quanto aos colombianos, muitos supõem que o desencadeamento da chamada “Operação Colômbia” produzirá, sim, um êxodo das populações camponesas, sobretudo de sua porção amazônica. Mas seu destino, calculam, será antes as cidades colombianas e não os países limítrofes. Essa migração para as cidades, diga-se de passagem, já ocorre espontaneamente, tanto do lado colombiano quanto do brasileiro. A verdade, porém, é que não se pode prever com segurança o que sucederá caso as hostilidades realmente se agucem num grau muito elevado a partir do outono de 2000. O que há de concreto até aqui não é ainda uma escalada da intervenção norte-americana, mas, sim, uma ação planejada em etapas que visa a obter, paulatinamente, o engajamento efetivo dos governos da região na erradicação da chamada “narcoguerrilha” (como ilustra perfeitamente o recente episódio da prisão do traficante “Fernandinho Beira-Mar”).

A tempestade, de qualquer modo, aproxima-se, e a lição que os signatários do Tratado de Cooperação Amazônica deveriam extrair das próprias populações regionais envolvidas é a de que a soberania política, em última instância, fortalece-se justamente através do exercício da autodeterminação dos povos. Se aquela vier a ser desrespeitada numa escala intra-regional, não haverá por que manter o conflito circunscrito aos países da região. Resta saber, agora, se as lideranças amazônicas e sul-americanas estarão à altura dos desafios que se apresentam, e se saberão guiar-se, afinal de contas, por suas próprias razões. Como nos lembra Maquiavel: “É preciso ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para amedrontar os lobos”.

Notas

* Professor do Departamento de Geografia, FFLCH, USP.

¹ Mauro, F. *A expansão européia*. Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p. 20.

² In: Buchanan, R. Tensão na fronteira. Edição brasileira do *Time Magazine*, 19/7/00.

³ Calcula-se que, no mínimo, são 500 mil os imigrantes ilegais ingressados na União Européia no último ano. *Folha de S. Paulo*, 20/6/00, p. A-14.

⁴ Informações extraídas de Nogueira, R. J. B. *Amazônia, territórios e fronteiras*. 2000 (mimeo).

⁵ Dados obtidos em Castro, T. de. *Rumo à Amazônia*. Rio de Janeiro, Unigraf, 1998.

⁶ Declarações do ministro José Gregori à *Folha de S. Paulo*, 28/9/00, p. A-7.